

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI E DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO: O CASO DA COOPERCAPS – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, COLETA, TRIAGEM, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DA CAPELA DO SOCORRO

ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF THE LAW AND THE PRINCIPLES ON COOPERATIVISM: THE CASE OF COOPERCAPS – COOPERATIVE ON PRODUCTION, COLLECTION, SORTING, PROCESSING AND MARKETING OF RECYCLABLE WASTE IN CAPELA DO SOCORRO

Sonia Mayumi Nakano Felipone

Mestre em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente (Centro Universitário SENAC)

Terapeuta Ocupacional do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Santo Amaro – Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de São Paulo

Coordenadora Geral dos Trabalhos do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura de Santo Amaro (CADES-SA)

Rua João dos Santos Werneck, 51 CEP: 04437-110 São Paulo – SP

sonia.felipone@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a implementação da Lei Brasileira do Cooperativismo e dos Princípios Internacionais do Cooperativismo preconizados pela Aliança Cooperativa Internacional, por meio do estudo de caso de uma Cooperativa de Produção, Coleta, Triagem, Beneficiamento e Comercialização de Material Reciclável da cidade de São Paulo. Verificou-se a aplicação da Lei Federal nº 5.764, em vigência desde o ano de 1971 no Brasil, elaborando-se um instrumento contendo os requisitos da mesma, no qual registraram-se as evidências encontradas nos documentos da cooperativa, bem como a confirmação por parte da administração. Os resultados demonstram que, no caso da cooperativa estudada houve cumprimento da Lei na ordem de 70,21%, considerando-se os itens em conformidade total. Indicam um nível favorável de organização da gestão, em função da estrutura e dos recursos humanos existentes, bem como adequada assessoria administrativa. Com relação aos Princípios Internacionais do Cooperativismo, elaborou-se um instrumento de avaliação da adesão aos mesmos, obtendo-se o resultado

entre 50 a 100% de adesão a cada princípio. Realizou-se uma sistematização de dados provenientes do cadastro eletrônico dos cooperados, obtendo-se o perfil desta população, desde a fundação da cooperativa em 2003 até o final do ano de 2009. Analisaram-se dados longitudinais e em profundidade, concernentes a produção da cooperativa, provenientes de documentos administrativos, tecendo-se considerações sobre os fenômenos encontrados.

Palavras chave: Cooperativismo, material reciclável, princípios

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the implementation of the Brazilian Cooperative Law and the International Principles of Cooperativism compiled by the International Co-Operative Alliance. The methodology adopted is the Case Study of a Recyclable Waste Cooperative (Cooperative on Production, Collection, Sorting, Processing and Marketing of Recyclable Material) in São Paulo City. The first step was to verify the compliance of the Brazilian Law of the Cooperativism, which was approved in 1971, by the formulation of a check list containing the same requirements. The results showed that in the case of the cooperative studied, the compliance with this Law was in the order of 70,21 %, considering the items in full compliance. It reflects a favorable level of organization of management, depending on the structure and the existing human resources as well as adequate administrative assistance. Regarding the International Principles of Cooperativism, an instrument to assess was developed, obtaining results in the order of 50 to 100% of adherence to each principle. The data basis related to the members of the cooperative, resulted in the profile of this population from the foundation of the cooperative, in 2003, up to the end of 2009. Longitudinal and in depth data was analyzed concerning the production of the cooperative, from administrative documents, by making observations on the phenomena encountered.

Key words: cooperativism; principles; recyclable waste

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 5.764, de 1971, define a Política Nacional do Cooperativismo vigente até o presente momento. Em 1995, a organização não governamental denominada Aliança Cooperativa Internacional (ACI) atualizou os Princípios Internacionais do Cooperativismo, em número de sete, a maior parte deles existentes desde a constituição da primeira cooperativa, a Sociedade dos Probos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, fundada em 24/10/1844, na Inglaterra. Segundo a ACI, os sete princípios internacionais do Cooperativismo são:

1. Associação livre e voluntária

2. Gestão democrática pelos membros
3. Participação econômica dos membros
4. Autonomia e independência
5. Educação, treinamento e informação
6. Intercooperação
7. Preocupação com a comunidade

A escolha de uma Cooperativa de Catadores de material reciclável como estudo de caso, justifica-se por corresponder a um fenômeno novo e emblemático da sociedade contemporânea, que considera a sustentabilidade ambiental, econômica e social como perspectiva de viabilidade de futuro para a existência humana no planeta. Desta forma, torna-se importante clarear a identidade da Cooperativa de Catadores dentro do modelo cooperativo e dentro do movimento cooperativista, para os próprios sujeitos participantes dessas cooperativas, bem como para o sistema cooperativista e à sociedade em geral.

Durante a revisão da literatura encontrou-se uma série de constatações com relação às cooperativas, em especial às de catadores:

Singer (2002) afirma que a empresa solidária se administra democraticamente, praticando-se a autogestão. Para que isto ocorra, todos os sócios necessitam se informar sobre o que acontece no empreendimento e sobre as alternativas para resolução dos problemas. Aponta que o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, recusando-se ao esforço adicional que a prática democrática exige.

Ribeiro e Besen (2007) identificaram que as organizações que efetuam a coleta seletiva em três municípios da grande São Paulo não praticam uma “autogestão plena”, conforme os princípios cooperativistas, sendo tuteladas pelo poder público devido à dependência logística do programa e pela falta de capitalização dos empreendimentos.

Ribeiro *et al.* (2009), em seu estudo sobre a sustentabilidade dos programas de coleta seletiva na região metropolitana de São Paulo, citam que fatores organizacionais que ameaçam a continuidade das experiências brasileiras de coleta seletiva com inclusão social:

Puech (2008) identificou 94 grupos ou cooperativas organizadas que atuavam com a catação no município de São Paulo. Dentre eles, 15 eram parceiros da Prefeitura na gestão das Centrais de Triagem e 79 necessitavam de apoio para se formalizar. Dentre as dificuldades que os grupos enfrentavam para se inserirem no Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo, foram identificadas: a falta de documentação dos grupos para se constituírem em cooperativas, a falta de diálogo com o órgão público responsável, a falta de remuneração aos catadores pelos serviços prestados e os conflitos vivenciados pelos grupos na sua organização. Todos os segmentos entrevistados reafirmaram que a constituição de cooperativas que atenda a todos os requisitos legais é a grande dificuldade apresentada.

As regras estipuladas nos estatutos são fruto da participação de poucos, as pessoas estão habituadas ao trabalho de forma convencional, regido pelas leis trabalhistas e encontram dificuldade para se incorporarem num novo modelo. O

relatório da coleta seletiva do poder público aponta como principal dificuldade das Centrais de Triagem, o conhecimento do que rege a Lei do Cooperativismo. Falta a visão do coletivo, dos processos para gerenciar um negócio. (PUECH, 2008, p.149)

O problema da pesquisa, portanto, refere-se à dificuldade de adequação de grupos organizados que atuam com coleta seletiva, em relação ao modelo cooperativo, nos aspectos formais, conceituais e na implementação dos princípios cooperativistas.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar a implementação da legislação brasileira do cooperativismo e dos princípios internacionais do cooperativismo em uma Cooperativa de Produção, Coleta, Triagem, Beneficiamento e Comercialização de Material Reciclável, a fim de compreender melhor este fenômeno e as variáveis envolvidas.

Foram estabelecidos três objetivos específicos:

- a) Verificar a conformidade da cooperativa selecionada, em relação à Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.
- b) Avaliar se a cooperativa adere aos Princípios Internacionais do Cooperativismo preconizados pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI (*ICA – International Co-Operative Alliance*).
- c) Analisar a relação entre o perfil dos cooperados e o processo de adesão aos princípios do cooperativismo.

JUSTIFICATIVA

Barcelos (2004) discute a realidade das “coopergatos”: a tendência atual de maior flexibilização das relações de trabalho tem impulsionado a formalização de cooperativas, no intuito de fraudar a legislação trabalhista. Assim, patrões criam falsas cooperativas, demitem seus trabalhadores e os obrigam a se associar a elas¹, mantendo o seu funcionamento dentro da estrutura da empresa, e continuando a fiscalizar os serviços prestados pelos mesmos, a um custo menor. Isto ocorre mais visivelmente nas cooperativas de trabalho, como forma de dinamização da terceirização de serviços, acarretando a precarização das condições de trabalho. A autora afirma ainda que esta realidade denigre a imagem de outras cooperativas que se mantêm legítimas aos princípios cooperativos, embora não se possa garantir que inexistam precarização nas relações de trabalho nas chamadas “verdadeiras” cooperativas. A autora destaca o princípio cooperativista da autogestão, propondo considerá-lo como eixo norteador da atual discussão acerca das “verdadeiras” ou “falsas” cooperativas. Defende a necessidade de se avançar na pesquisa desse tema, buscando uma base empírica de dados, a fim de observar *in loco* de que modo as

¹ Ferindo o primeiro princípio internacional do cooperativismo da “adesão livre e voluntária”.

cooperativas podem representar uma alternativa consistente de geração de renda, bem como de melhores condições de trabalho aos seus cooperados.

A Recomendação 193 da Organização Internacional do Trabalho, de 20 de junho de 2002, sobre a Promoção de Cooperativas, dentre outros itens, recomenda que “as políticas nacionais assegurem que não se instituem cooperativas, ou sejam usadas, como artifícios para escapar a obrigações trabalhistas ou para mascarar relações de emprego, e combater falsas cooperativas que violam direitos trabalhistas, garantindo a aplicação da legislação trabalhista em todas as empresas”. (OIT,2002)

Fagundes (2005) se refere às falsas cooperativas como “pseudocooperativas”, as quais consistem em sociedade inexistente formal ou material, não podendo gozar dos privilégios dispensados pelo ordenamento jurídico brasileiro às cooperativas.

A necessidade de se construir parâmetros para diferenciar as “verdadeiras” das “falsas” cooperativas, bem como de se obter dados empíricos que retratem as condições de trabalho dos cooperados, são razões para o implemento da presente pesquisa.

O conhecimento do que é preconizado pela Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971, a qual institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dispõe sobre a Política Nacional de Cooperativismo, oferece parâmetros objetivos para se identificar as cooperativas brasileiras do ponto de vista legal.

Os princípios internacionais do cooperativismo, por sua vez, estão consagrados como referência mundial para os empreendimentos solidários, podendo ser considerados parâmetros de excelência para a avaliação das cooperativas.

A fim de clarear a identidade da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, a presente pesquisa propõe-se a caracterizar o perfil da cooperativa e de seus cooperados. Observa-se, na experiência profissional e na literatura levantada, um anseio de segmentos da sociedade, para se obter dados sobre a população dos catadores.

Por fim, para se relacionar os aspectos sociais, econômicos e ambientais entre si, é relevante demonstrar o impacto das Cooperativas de Catadores na cadeia produtiva da reciclagem, pela geração de dados dos resultados do trabalho de tais cooperativas.

A gestão desses elementos, associados a outros fatores envolvidos nas áreas dos resíduos, saneamento básico, saúde ambiental, políticas públicas, organização social, conjuntamente, contribuirão para o desenvolvimento deste novo ramo de trabalho.

METODOLOGIA DE PESQUISA

O método escolhido é o de Estudo de Caso. “O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo, tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos “ (YIN, 2003)

Estabeleceram-se os passos para a realização da pesquisa, por meio de instrumentos variados dentro da metodologia de Estudo de Caso:

- a) Revisão da Literatura: levantamento de dados na área de resíduos sólidos, conceitos, história, legislação, classificação, gestão de resíduos, cooperativismo.
- b) Escolha e definição da cooperativa a ser estudada: estabelecimento de critérios de escolha, conhecimento das opções existentes, obtenção da anuência da cooperativa escolhida para o desenvolvimento do estudo.
- c) Planejamento da coleta de dados: elaboração de instrumentos de verificação da aplicação dos requisitos legais do cooperativismo brasileiro e da adesão aos princípios internacionais do cooperativismo.
- d) Pesquisa de campo: análise documental, observação direta, aplicação do Instrumento de verificação da implementação dos dispositivos legais sobre cooperativismo, aplicação do Instrumento de verificação da adesão aos princípios internacionais do cooperativismo, contato com atores envolvidos, necessários para o estudo.
- e) Análise dos resultados.

Elaboração do instrumento de verificação da aplicação dos requisitos da Lei Federal nº 5.764 de 16/12/1971

O Instrumento de verificação da aplicação dos requisitos da Lei Federal nº 5.764 de 16/12/1971 foi elaborado conforme a própria letra da Lei. Para tanto, foram destacados todos os artigos e incisos relacionados às cooperativas singulares, em ordem sequencial. Cada item comporta um requisito da lei, que pode corresponder a um artigo ou a um inciso contido em um artigo.

Pensou-se na elaboração de um instrumento que pudesse ser aplicado em outros estudos e em outras cooperativas singulares. Consiste em 94 itens de verificação, devendo-se preencher a data de verificação, fonte de evidência, evidências obtidas e status da conformidade. Foram definidos cinco opções de status da conformidade dos itens: em conformidade, cumprido parcialmente, a esclarecer/confirmar, não conformidade, não verificado/não aplicável ao caso.

Ao final da verificação dos 94 itens, possibilita efetuar uma classificação da cooperativa, em relação ao estágio em que se encontra na implementação da Lei Brasileira do Cooperativismo, conforme o quadro1:

Score (f X Peso)	Estágio da cooperativa com relação à implementação da Lei nº 5.764/71
---------------------------------	--

282 376	Demonstra a busca pela conformidade legal. Reflete um nível favorável de organização da gestão, em função da estrutura e dos recursos humanos existentes e/ou por adequada assessoria administrativa. Apresenta possibilidade de identificação de processos de melhoria e de aprendizagem organizacional. Oportunidade de ações pró-ativas, além do preconizado pela lei.
188 282	Nível crítico de conformidade à Lei do Cooperativismo. Há necessidade de se identificar os fatores que dificultam o processo do cumprimento legal a fim de possibilitar superação dos obstáculos organizacionais. (Ex: falta de conhecimento da Lei, problemas de gestão, problemas estruturais, etc)
94 188	Prevalência da não conformidade à Lei do Cooperativismo. Pode revelar precariedade na constituição da cooperativa, com relação aos pré-requisitos para a sua existência ou mesmo a não configuração enquanto empreendimento cooperativo.
0 94	Sem condições de avaliação da conformidade à Lei do Cooperativismo

Quadro 1 - Quadro de Classificação da Cooperativa em relação ao estágio de implementação da Lei nº 5.764/71

Fonte: Instrumento de verificação da aplicação dos requisitos da Lei nº 5.764 (NAKANO FELIPONE, 2010)

Assim, este instrumento se propõe a contribuir com dois tipos de resultado: quantitativo e qualitativo. O quantitativo registra freqüências de status de conformidade e a respectiva porcentagem. O qualitativo classifica a cooperativa quanto ao estágio de implementação da respectiva Lei. Cabe recomendar a validação deste instrumento, principalmente no aspecto qualitativo. Não foi possível ser feita a validação neste projeto de pesquisa, pelo fato de ter sido aplicado em apenas uma cooperativa.

No caso da cooperativa estudada, encontrou-se o seguinte resultado:

70,21 % dos itens estão em conformidade com a Lei 5.764/71

12,77 % dos itens foram cumpridos parcialmente

9,57 % dos itens necessitam de comprovação ou esclarecimento

5,32 % dos itens não foram verificados ou não são aplicáveis ao caso da cooperativa estudada

2,13 % dos itens não estão em conformidade com a Lei 5.764/71

Esses valores demonstram a busca da cooperativa pela conformidade legal. Reflete um ambiente favorável de organização da gestão, em função da estrutura e dos recursos humanos existentes e/ou por adequada assessoria administrativa. Apresenta possibilidade de identificação de processos de melhoria e de aprendizagem organizacional, com oportunidade de ações pró-ativas, além do preconizado pela lei.

Elaboração do Instrumento de Avaliação da Adesão aos Princípios Internacionais do Cooperativismo preconizados pela ICA – *International Cooperative Alliance*

Este instrumento foi elaborado com o fim de ser aplicado em Cooperativas de Produção, por meio de auto-avaliação.

Para a sua elaboração, utilizou-se como referências principais:

- Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2007)
- Critérios Compromisso com a Excelência e Rumo à Excelência 2009-2010 (FNQ – Fundação Nacional da Qualidade, 2009)
- Critérios de Excelência 2010: Avaliação e diagnóstico da gestão organizacional (FNQ, 2009)

Essas referências contribuíram com a perspectiva de processo de melhoria contínua em busca da excelência, contrapondo-se a uma possibilidade de avaliação estática.

Para cada um dos sete Princípios Internacionais do Cooperativismo foram definidos dois indicadores, com base no texto do princípio, quais sejam:

- 1) Associação livre e voluntária:
 - Associação voluntária (liberdade para associar-se e para desligar-se da cooperativa)
 - Associação sem discriminação social (de qualquer espécie: etnia, gênero, religião, deficiência, renda, escolaridade, etc)
- 2) Gestão democrática pelos membros:
 - Processo de tomada de decisão (coletiva, em assembléia de cooperados)
 - Um membro – um voto
- 3) Participação econômica dos membros:
 - Quotas-partes (contribuições dos cooperados através das quotas-parte, até sua integralização)
 - Outras contribuições
- 4) Autonomia e Independência:
 - Autonomia (não interferência externa nas deliberações da cooperativa)
 - Independência (auto-gestão: gestão da cooperativa pelos cooperados, sendo proprietários dos meios de produção)
- 5) Educação, treinamento e informação:
 - Educação e treinamento aos cooperados
 - Informação ao público
- 6) Intercooperação:
 - Entre cooperativas
 - Participação no movimento cooperativista
- 7) Preocupação com a comunidade:
 - Desenvolvimento sustentável local

- Deliberação de políticas sociais pela cooperativa

Estes Princípios e os respectivos indicadores foram organizados em um quadro, dispostos em sequência, na coluna da esquerda, contendo um princípio em cada célula. Na primeira linha estabeleceu-se uma escala progressiva de adesão expressos em porcentagem: 0%, 25%, 50%, 75% e 100%. A última coluna da direita foi reservada para o registro da auto-avaliação. No cruzamento das linhas e colunas está descrito o nível de aplicação dos indicadores de cada princípio, correspondentes a cada uma das porcentagens de adesão.

A cooperativa é convidada a realizar a auto-avaliação, se necessário com assessoria técnica. A avaliação corresponde ao nível atual em que se encontra a cooperativa em relação à adesão aos princípios. Caso o resultado para cada princípio não seja 100 % de adesão, a proposta do instrumento é indicar o parâmetro de melhoria para o aumento da adesão.

Resultado da Avaliação da Adesão da Cooperativa aos Princípios Internacionais do Cooperativismo pela cooperativa estudada:

- 100 % de adesão ao 1º e 2º princípios internacionais
- 75 % de adesão ao 3º, 4º, 5º e 6º princípios internacionais
- 50 % de adesão ao 7º princípio internacional

Este conjunto indica uma adesão significativa da cooperativa estudada aos princípios internacionais do cooperativismo.

O CASO ESTUDADO

A Cooperativa de Produção, Coleta, Triagem, Beneficiamento e Comercialização de Material Reciclável da Capela do Socorro (COOPERCAPS) foi fundada em 30/08/2003, iniciando com 20 cooperados, na região sul da cidade de São Paulo, cuja sede localiza-se próximo ao Autódromo de Interlagos.

Trata-se de uma Cooperativa que realiza a gestão e a operacionalização de uma das dezoito Centrais de Triagem de Material Reciclável existentes na cidade de São Paulo, em parceria com o poder público municipal, por meio de convênio de permissão, segundo a Lei 13.478, de 30/12/2002, arts. 67 a 71 e regulamentado pelo Decreto nº 78.799 de 09/10/2007 que dispõe sobre o Programa de Coleta Seletiva no município.

Esta Cooperativa mantém um Livro de Matrícula, em conformidade com o artigo 22 – Inciso I da Lei nº 5.764/71, que rege o Cooperativismo no país, à partir do qual a administração elaborou um cadastro eletrônico com dados dos cooperados, o qual também foi utilizado como base de dados nesta pesquisa. Este cadastro eletrônico contém os seguintes campos: nome do cooperado, nº de matrícula, situação atual,

data da adesão, data de saída, motivo da saída, data de nascimento, estado civil, grau de instrução, cidade e estado em que nasceu, endereço, sexo.

A seguir, serão apresentados dados primários e secundários, baseados nesse cadastro, referentes ao período da fundação da cooperativa até o final do ano de 2009, com o objetivo de traçar o perfil dos cooperados, relacionando-o com os princípios cooperativistas.

Neste período foram matriculados 352 cooperados. Destes, 257 já foram desligados formalmente, 22 estavam em fase de desligamento, 3 faleceram, 69 encontravam-se ativos e 1 estava afastado por problemas de saúde, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos cooperados conforme a situação de participação na cooperativa.

Situação do cooperado	Nº de cooperados	%
Desligados formalmente	257	73,01
Em processo de desligamento	22	6,25
Falecidos	3	0,85
Ativos	69	19,60
Afastados	1	0,29
Total:	352	100,00

Fonte: Dados do cadastro eletrônico de cooperados da cooperativa em estudo, 2010, organizados por NAKANO FELIPONE, S. M., 2010

Observou-se que, em um período de existência da cooperativa correspondente a pouco mais de seis anos, cerca de 80 % dos cooperados matriculados já haviam saído da mesma, constatando-se, também, uma taxa elevada de rotatividade anual, acima de 100% nos últimos três anos. Seria importante pesquisar os fatores relacionados à rotatividade constatada. (NAKANO FELIPONE, 2010)

Quanto ao tempo de permanência na cooperativa, observou-se que 53,62% dos cooperados ativos permaneciam até um ano. Três cooperados que estavam há mais de 6 anos, pertenciam à categoria de fundadores da cooperativa. Observou-se que havia poucos remanescentes dentre os que aderiram nos anos seguintes, totalizando 20 cooperados mais antigos. Em contrapartida, os dois anos mais recentes matricularam a maioria dos cooperados que estavam ativos.

Embora os cooperados ativos fossem os que continuavam o desenvolvimento do trabalho da cooperativa, a parcela mais significativa em termos numéricos, correspondia aos cooperados formalmente desligados da cooperativa, que totalizaram 257, ou seja, 73,01% dos matriculados (Tabela 1). Na realidade, a maior parte dos que se desligaram permaneceram por até seis meses na cooperativa e o tempo mínimo registrado foi de um dia.

Quanto aos motivos da saída, há quatro opções de classificação no cadastro: por opção própria, por exclusão, por abandono e por falecimento do cooperado. A saída do cooperado por opção própria

ocorreu em 81,32% dos casos de saída registrados, o que reforça a aplicação do primeiro Princípio do Cooperativismo referente à livre adesão, que pressupõe a liberdade para entrar, como também para sair do empreendimento cooperativista. A saída pela exclusão ocorreu na ordem de 12,45% dos casos de saída registrados, tendo ocorrido por deliberação em assembléia, geralmente por infração do estatuto ou do Regimento Interno da cooperativa pelo cooperado, fato que se relaciona ao segundo Princípio do Cooperativismo, sobre a Gestão democrática pelos membros, que envolve a tomada de decisões coletivas pelos membros cooperados. Com relação aos falecimentos, a administração da cooperativa informou que os três casos ocorreram fora do ambiente de trabalho, com diagnósticos de: insuficiência cardiorespiratória, infarto e leptospirose.

Com relação ao gênero, observou-se um comportamento interessante: no período analisado entraram mais homens do que mulheres na cooperativa, assim como saíram mais homens do que mulheres. O resultado foi a relativa paridade entre os gêneros na população residual, na ordem de 50%, para cada um deles, aproximadamente. Por outro lado, dentre os cooperados mais antigos que permaneceram na cooperativa, a maioria era do gênero feminino. As mulheres desta cooperativa demonstraram comportamento de continuidade no empreendimento por mais tempo do que os homens.

Houve participação de ambos os gêneros na administração da cooperativa. Desde a fundação da cooperativa, dos 20 associados, 15 eram homens e 5 mulheres. Uma delas fez parte do primeiro mandato do Conselho Administrativo, como Diretora Secretária e duas no Conselho Fiscal (1 efetiva e 1 suplente). A gestão anterior foi presidida por uma mulher. No último mandato do Conselho Administrativo, três mulheres estavam participando como: Vice-Presidente, Tesoureira e Vice-Tesoureira. No Conselho Fiscal haviam duas mulheres e um homem e três suplentes mulheres. Estas evidências da não discriminação devido ao gênero, por parte desta cooperativa, reforçam a aplicação do requisito de não discriminação preconizado pelo primeiro princípio cooperativista.

É interessante pontuar que, em 2010, a Aliança Cooperativa Internacional comemorou o Dia Internacional do Cooperativismo em 03/07/2010 (usualmente no 1º sábado de julho de cada ano), com o tema: “A mulher e o cooperativismo: conquistas e desafios para o empoderamento feminino”. Fez um chamado aos cooperados para que “reconheçam a contribuição fundamental das mulheres no desenvolvimento econômico, social e cultural em todo o mundo, incentivando a sua participação no movimento cooperativista”. (OCB, 2010)

Quanto ao estado civil dos cooperados ao ingressarem na cooperativa, houve predomínio de cooperados solteiros, consistindo em 65,91% da população estudada. No cruzamento das variáveis gênero e estado civil, verificou-se que havia uma proporção maior de mulheres solteiras (75,42%) em relação à população masculina solteira (61,11%). 35,47% dos homens estavam casados contra 13,56% das mulheres. Observa-se que 100% dos cooperados viúvos eram do gênero feminino. Poderiam ser investigados os fatores relacionados a esses fenômenos.

Com relação à naturalidade dos cooperados: 54,55 % nasceram no sudeste e 36,36 % nasceram no nordeste. Não há cooperados nascidos nas regiões norte e centro-oeste. Dois cooperados nasceram no

exterior: um no Paraguai e outro em Portugal. Quatro estados se destacam enquanto unidade federativa de nascimento dos cooperados: São Paulo, com 45,45 %, seguido da Bahia, com 17,33 % dos cooperados, Pernambuco, com 10,23 % e Minas Gerais com 7,39 %. No Estado de São Paulo, dos 160 cooperados, 148 nasceram na capital e 12 em outras cidades. Portanto, 42,05 % dos cooperados são da própria cidade onde a cooperativa está instalada.

Esses dados sobre origem dos cooperados refletem a diversidade de origens e culturas presentes no cotidiano desses trabalhadores, verificada no modo de se expressar, no comportamento, inclusive nos hábitos alimentares. Um das atividades desenvolvida na cooperativa, que é priorizada pela administração, consiste no preparo e serviço das refeições na própria cooperativa, realizado pelos cooperados designados para tal, garantindo-se a nutrição dos trabalhadores. Este tópico enfatiza o primeiro princípio que inclui a não discriminação social, o segundo, sobre a gestão democrática, bem como contribui com o terceiro princípio que trata da autonomia: os cooperados participam da tomada de decisão e da execução das atividades planejadas pela própria organização.

Com relação ao nível de escolaridade, verificou-se que 50,85 % dos cooperados ingressaram na cooperativa com o nível fundamental incompleto e 26,99 % já haviam completado o ensino fundamental. Apenas 1,14% entraram analfabetos. 15,06% entraram com o nível médio incompleto e 4,83 % já haviam completado o ensino médio. 0,85 % entraram na cooperativa com nível superior incompleto e nenhum com ensino superior completo.

Cabe lembrar que, no ano de 2010, o presidente da cooperativa ingressou no curso universitário de Gestão Ambiental, sendo deliberado em assembléia que a verba do FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social seria utilizada para o financiamento do curso. Associamos este aspecto ao quinto princípio internacional do cooperativismo, em que as cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento (ICA, 2010).

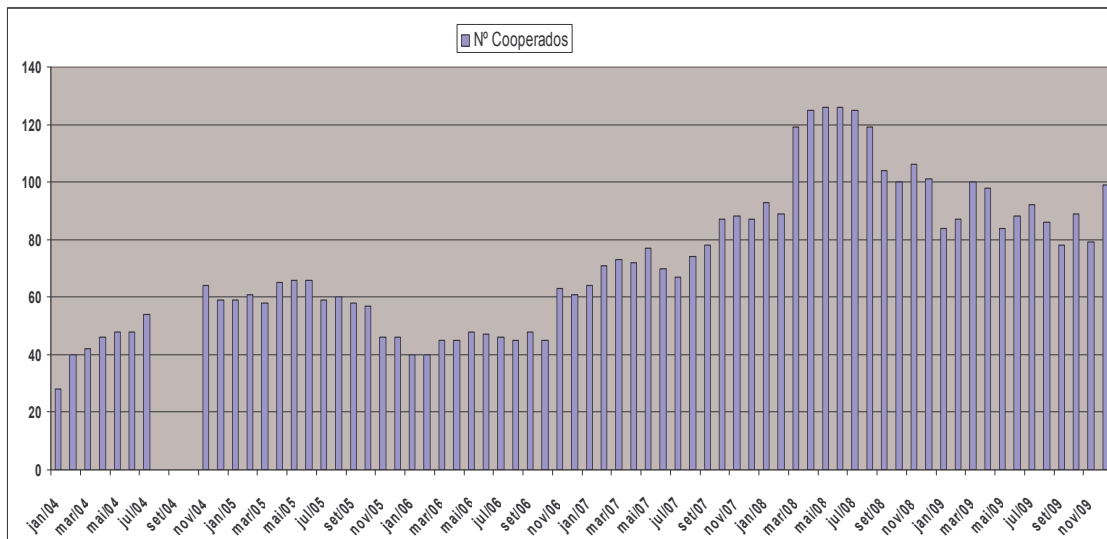
Com relação à variável “idade”, observou-se que a faixa etária mais significativa de ingresso nesta cooperativa era entre 20 a 29 anos, correspondendo a 31,82 % do total de cooperados. Destacou-se, também a faixa etária entre 30 a 59 anos, correspondente a 52,56 % da população estudada. Observou-se que 8,52% dos cooperados iniciaram a atividade nesta cooperativa com idade inferior a 20 anos, podendo ser a primeira atividade profissional de sua carreira. No outro extremo, o ingresso de 2,84 % de cooperados com mais de 60 anos também é significativo. Cabe ressaltar que as duas faixas etárias extremas: abaixo de 20 anos e superior a 60 anos, bem como as intermediárias a estas, estão expostas a fatores de risco à saúde e segurança no trabalho existentes no ambiente de uma central de triagem de materiais recicláveis. Isto implica no risco precoce a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no caso dos mais novos, bem como a exposição dos idosos aos mesmos fatores de risco.

Dados longitudinais da cooperativa em estudo

Os dados que se seguem são apresentados com o objetivo de se visualizar o comportamento da cooperativa no decorrer de um dado período de tempo, levando em conta os dados quantitativos relacionados a: nº de cooperados, faturamento, quantidade de material coletado e triado, quantidade de rejeitos.

O Gráfico 1 apresenta o nº de cooperados existentes na cooperativa em cada mês, desde janeiro/2004 a dezembro/2009, sendo que não foi possível obter os dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2004, configurando um subregistro no gráfico.

Gráfico 1 - Nº de cooperados no período de janeiro/2004 a dezembro/2009

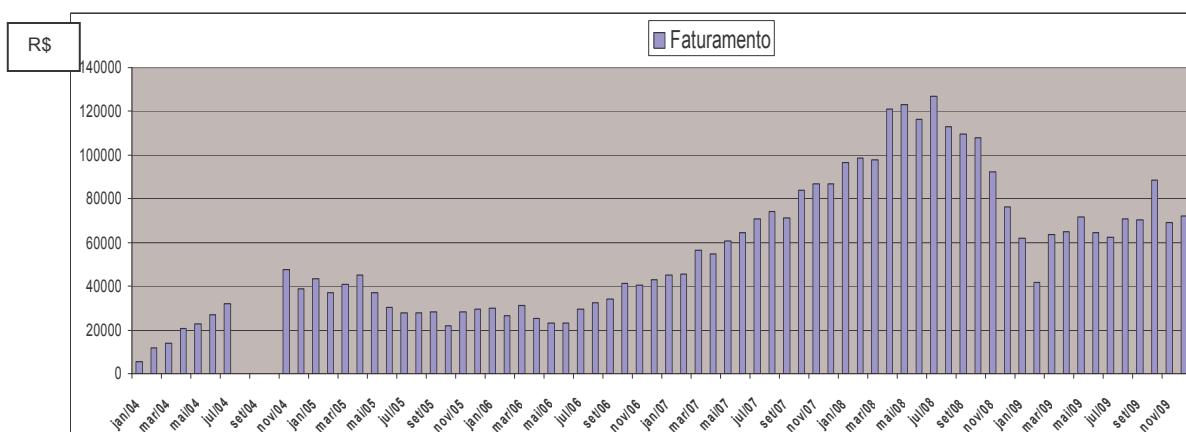


Fonte: Dados administrativos da cooperativa, organizados por NAKANO FELIPONE, 2010

No período de março a novembro de 2008 houve a realização do trabalho em três turnos, com a introdução do turno noturno, totalizando um número superior a 100 cooperados, em período de grande produtividade.

O Gráfico 2 corresponde ao comportamento do faturamento entre o período de janeiro/2004 a dezembro/2009, com o subregistro dos dados nos meses de agosto, setembro e outubro de 2004.

Gráfico 2 - Dados de faturamento entre janeiro/2004 a dezembro/2009



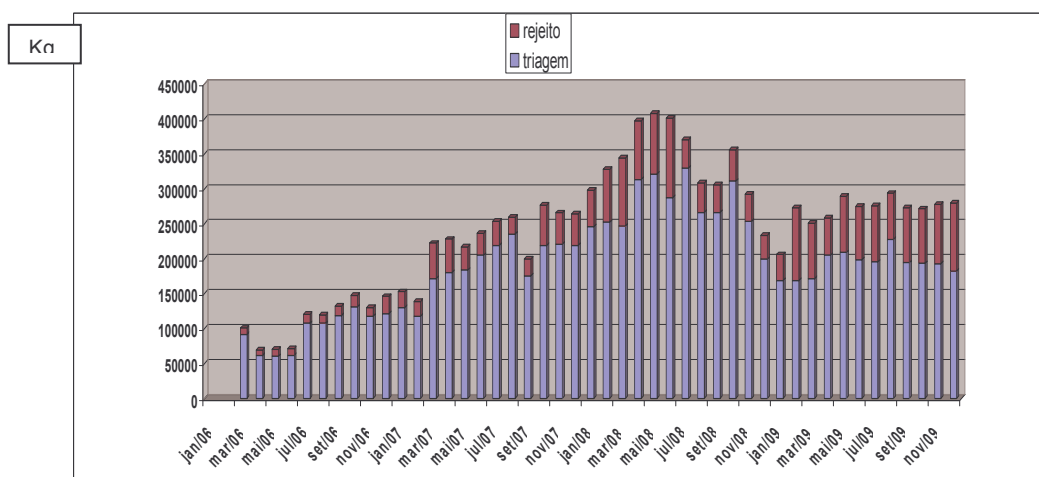
Fonte: Dados administrativos da cooperativa, organizados por NAKANO FELIPONE, 2010

Observa-se um crescimento importante no faturamento e no desenvolvimento da cooperativa como um todo, durante o ano de 2007, até julho de 2008.

A crise econômica mundial ocorrida no ano de 2008 trouxe reflexos negativos à cooperativa, como se observa no declínio abrupto do faturamento, principalmente à partir de dezembro de 2008 a fevereiro de 2009, chegando ao valor de R\$ 41.653,55 neste mês. Este período foi acompanhado de uma queda na quantidade de cooperados, não tão abrupta quanto o faturamento, como pode ser observada no Gráfico 2.

Verifica-se no gráfico 3, a proporção de material triado e do rejeito final do processo de triagem, mensalmente, entre março de 2006 a dezembro de 2009.

**Gráfico 3 - Quantidade de Material triado e do rejeito (kg),
no período de março/2006 a dezembro/2009**



Fonte: Dados administrativos da cooperativa, organizados por NAKANO FELIPONE, 2010

O resultado apresentado no gráfico 3 demonstra a quantidade de material triado pelos cooperados, indicando a carga de trabalho. Com relação ao rejeito, seria interessante realizar um estudo específico

sobre o mesmo: sua composição, a porcentagem em relação ao total de material triado, se há razão de proporcionalidade direta com algum fator, por exemplo, com a quantidade de material coletado de acordo com o caminhão utilizado (“gaiola” ou compactador).

Análise em profundidade sobre o resultado da triagem de materiais recicláveis na cooperativa em estudo:

Para se ter uma noção do resultado da triagem, escolheu-se um mês em que houve entrada de grande quantidade de material reciclável na cooperativa, como por exemplo: julho/2008, obtendo-se os dados demonstrados na Tabela 2:

Tabela 2 - Distribuição do material triado em julho/2008, segundo tipo, peso, faturamento e valor comercial por kg

Material triado Julho/2008	Peso (kg)	%	Faturamento (R\$)	%	Valor por kg (R\$)
Plástico	51.452,5	16,92	53.557,21	42,40	1,04
Papel	189.172,4	62,20	48.152,52	38,12	0,25
Metal	17.536,6	5,77	19.042,79	15,08	1,09
Vidro	45.970,0	15,11	5.551,00	4,40	0,12
Total	304.131,5	100,00	126.303,52	100,00	

Fonte: Dados administrativos da cooperativa, organizados por NAKANO FELIPONE, 2010

Verificou-se que, no mês de julho/2008, foram triados 304.131,5 kg de material reciclável, dentre eles: plástico, papel, metal e vidro, gerando um faturamento mensal de R\$126.303,52. O material triado em maior quantidade foi o papel/papelão, com 62,20% do total, mas, em compensação, representou apenas 38,12% do faturamento. Em contrapartida o plástico, que correspondia a 16,92% do total de material triado no mês, obteve o maior faturamento: 42,40% do total. Embora o metal tenha alcançado o maior valor/kg, por ser em menor quantidade (5,77%), atingiu 15,08% do faturamento. O vidro obteve o menor valor/kg: R\$ 0,12/kg, apesar de ter correspondido a 15,11% do total de material triado.

Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos 2008 (ABRELPE, 2009, p.152), em 2007, foram consumidas 3.642.500 t de Aparas de Papel no Brasil, dentre as quais, 63,6% consistiram de Papelões Ondulados (2.316.630 t). Neste mesmo ano, a Cooperativa em estudo triou e comercializou 265 t de Papelão Ondulado (Relatórios Internos da Cooperativa, 2008), correspondendo a 0,01% das Aparas de Papel Ondulado consumidas no Brasil no ano de 2007 (NAKANO FELIPONE, 2010).

Com relação ao Plástico, no ano de 2007 foram produzidas 4.881.000 t de Artefatos Plásticos, e consumidas 4.959.000 t em nosso país. (ABRELPE, 2009). Neste mesmo ano foram reciclados 962.000 t de plásticos. A Cooperativa em estudo triou e comercializou 330 t de plásticos em 2007, correspondendo a 0,03% do total de plásticos reciclados do país.

A capacidade de produção de Vidro no Brasil, em 2007, era de 2.954.000 t, com taxa de reciclagem de 47,0% (ABRELPE, 2009), equivalente a 1,381.800 t. Neste ano, a Cooperativa em estudo triou e comercializou 524 t de vidro, representando 0,04% do vidro que pode ser reciclado.

O Quadro 2 apresenta esses dados de forma sintética e objetiva:

2007	Reciclado no Brasil (t)	Triado e Comercializado Pela cooperativa (t)	% Em relação ao total reciclado no país em 2007
Papel Ondulado	2.316.630	265	0,01
Plástico	962.000	330	0,03
Vidro	1.381.800	524	0,04

Quadro 2 - Informação quantitativa absoluta e relativa da participação da COOPERCAPS na reciclagem de papel ondulado, plástico e vidro no Brasil, em 2007

Fonte: ABRELPE, 2009; NAKANO FELIPONE, S. M., 2010

Da organização do trabalho:

A Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego reconhece a ocupação de Catador de Material Reciclável, por meio do Código nº 5192-05, desde 2002. Inclui-se neste título o catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata, separador de sucata, triador de sucata. Esses três últimos são considerados trabalhadores de cooperativas. A descrição da atividade constitui basicamente em: catar, selecionar e vender materiais recicláveis como papel, papelão, vidro, materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010).

Segundo a CBO, as grandes áreas de competência desta ocupação compreendem: coletar material reciclável e reaproveitável, dar entrada no material, separar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho, trabalhar com segurança, demonstrar competências pessoais. A descrição detalhada de cada uma dessas áreas pode ser verificada no *site* do Ministério do Trabalho.

A COOPERCAPS organiza suas atividades por meio da divisão de papéis e funções dos cooperados, em Setores/Equipes: Administração, Cozinha e Limpeza, Coleta, Carregamento de

Caminhão, Arrumação de Estoque, Prensa, Separação de Plástico, Separação de Metais, Vidro, Esteira I, II e III.

O fluxo do processo produtivo inicia-se com a coleta, seguida de descarga, pré-triagem, triagem, prensagem, enfardamento, pesagem, acondicionamento, estocagem, comercialização e expedição. Cada uma dessas etapas envolve uma sistematização e organização do trabalho próprias, que são desenvolvidas pelos responsáveis e participantes de cada uma delas, sendo que decisões coletivas são tomadas em relação a aspectos que são avaliados como necessários pelos cooperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu desenvolver enfoques relacionados ao tema das Cooperativas, em especial as que trabalham com a inclusão de catadores de material reciclável.

É um tema que abrange questões de cunho social, ambiental e modelo econômico, sendo um grande desafio para a gestão.

Na busca de meios para realizar a verificação do nível de cumprimento legal e da adesão aos princípios do cooperativismo, foram desenvolvidos dois instrumentos para sua viabilização. Esse processo envolveu a busca de referências no universo da gestão, e, dentre as ferramentas encontradas, destacaram-se as de duas organizações brasileiras: a Fundação Nacional da Qualidade e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Embora os dois instrumentos elaborados durante a pesquisa fossem pensados inicialmente para o caso estudado, o desenvolvimento de uma visão ampliada pelos referenciais teóricos possibilitou o delineamento de um projeto de aplicação mais ampla.

Os resultados demonstraram que a cooperativa estudada (COOPERCAPS) atingiu um nível significativo de conformidade à Lei Brasileira do Cooperativismo e de adesão aos Princípios Internacionais, navegando na contra-mão do problema. Para o enriquecimento da compreensão desse significado, foram acrescentados os dados relacionados ao perfil dos cooperados e à *performance* do empreendimento.

A busca pela conformidade legal parece ser uma tarefa de emancipação jurídica da organização, frente ao universo externo. Já a busca pela incorporação dos princípios cooperativistas alimentam o mundo interno da organização e a continuidade do movimento. Não é por acaso que os Princípios Cooperativistas tenham persistido por quase 200 anos, independentemente de todas as mudanças políticas, econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas na sociedade.

O Cooperativismo se apresenta como um modelo de desenvolvimento econômico em franco desenvolvimento e fortalecimento, sendo que a Organização das Nações Unidas definiu o ano de 2012 como o Ano Internacional do Cooperativismo (ICA, 2010).

A questão das cooperativas pode constituir um espaço de intervenção capaz de influenciar mudanças na transição do sistema-mundo capitalista, representando uma possibilidade a ser implementada num próximo sistema histórico (WALLERSTEIN, 2001 *apud* BARCELOS, 2004).

Fagundes (2002) cita que “o cooperativismo faz do capital, um elemento a serviço do homem, colocando-o em seu devido lugar, o que propicia o fim dos conflitos entre capital e trabalho e a titularização, pelos trabalhadores, dos meios de produção”.

Na área de Resíduos Sólidos, o Brasil sancionou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da Lei nº 12.305, de 02/08/2010, consolidando a participação das Cooperativas de Catadores como parceiras no desenvolvimento da coleta seletiva em todo o país.

Este cenário evidencia a importância do fomento ao desenvolvimento das Cooperativas de Catadores de Material Reciclável, desde o processo de sua formação, constituição, capacitação em gestão, saúde e segurança, meio ambiente, comunicação, bem como do fortalecimento da articulação social e política do movimento dos catadores e da população em situação de rua, tendo como referência a economia solidária.

Seria recomendável, dentre outras possibilidades:

- a aplicação, melhoria e validação dos instrumentos gerados nesta pesquisa
- o levantamento do perfil dos cooperados de outras cooperativas para análise comparativa
- pesquisa sobre a alta rotatividade dos cooperados
- pesquisa sobre história ocupacional do cooperado, prévia a entrada na cooperativa.
- pesquisa sobre os rejeitos e sua relação com as condições de trabalho dos cooperados
- pesquisa sobre saúde e segurança nas cooperativas de produção, coleta, triagem, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis
- propostas de normatização em saúde e segurança aos empreendimentos solidários

REFERÊNCIAS

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2007*.

BARCELOS, A. P. S. *A evolução das cooperativas de trabalho no Brasil: uma resposta à atual fase de transição do sistema mundo capitalista*. Florianópolis. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL - *Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971*.

BRASIL - *Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007*.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em www.mtecbo.gov.br/ Acesso em junho de 2010

FAGUNDES, A.C.S. *O Cooperativismo e as Sociedades Cooperativas*. Disponível em <<http://www.franca.unesp.br/interno-publicacoesDireito2005.php>>

FNQ – FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. *Crítérios Compromisso com a Excelência e Rumo à Excelência 2009-2010*. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2009.

FNQ – FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. *Crítérios de Excelência 2010*. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2009.

ICA – INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. Disponível em: <http://www.ica.coop/> Acesso em julho/2010.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Lei Municipal nº 13.478*, de 30/12/2002.

_____ *Decreto nº 48.799*, de 09/10/2007.

NAKANO FELIPONE, S.M. *Análise da implementação da lei e dos princípios do Cooperativismo: o caso de uma Cooperativa de Produção, Coleta, Triagem, Beneficiamento e Comercialização de Material Reciclável da cidade de São Paulo*. 2010. 195 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente) – Centro Universitário SENAC. São Paulo.

OCB. *Mensagem da ACI para o Dia Internacional do Cooperativismo 2010*. Disponível em: <
http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/mensagemdiaincoop2010_portugues.pdf> Acesso em 19/07/2010.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Recomendação 193 – Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas*. Genebra, 2002.

PORTO, M. F. S. *et al.* Lixo, Trabalho e Saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.20, n.6, p.1503-1514, Nov-Dez, 2004.

PUECH, M.P.S.R. *Grupos de catadores autônomos na coleta seletiva do Município de São Paulo*. 2008. 174p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da coleta seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. *Interfacehs*. São Paulo, v.2, n.4, p. 2-18, ago, 2007.

RIBEIRO, H *et al.* *Coleta Seletiva com Inclusão Social*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009. 112 p.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, 128 p.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2005. 212 p.